



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168613 - RJ (2019/0294908-3)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**SUSCITANTE : GOL LINHAS AEREAS S.A.**  
**SUSCITANTE : GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A**  
**ADVOGADOS : OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ E OUTRO(S) - DF015553**  
**ANDREA SUELY VASQUEZ VALADAO - DF013445**  
**ANNA LUIZA PESSOA BRANDAO - DF035216**  
**SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA EMPRESARIAL DO RIO DE**  
**JANEIRO - RJ**  
**SUSCITADO : JUÍZO DA 51A VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - SP**  
**INTERES. : ELISABETE WAGNER SIMAS**

### DECISÃO

Cuida-se de conflito positivo de competência, com pedido liminar, instaurado por GOL LINHAS AÉREAS S.A. e OUTRO, envolvendo o Juízo de Direito da 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ, no qual se processa a recuperação/falência do GRUPO VARIG, arrematado em parte pelas suscitantes, e o Juízo da 51ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP, onde tramita Reclamação Trabalhista movida por Elisabete Wagner Simas (Processo nº 02683001720085020051).

Em síntese, sustentam as suscitantes que o Juízo Laboral, nos autos da referida reclamação trabalhista, está lhes atribuindo responsabilidade por obrigações do GRUPO VARIG, embora exista decisão do Juízo de Direito da 1.ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro declarando não ter havido sucessão empresarial na hipótese.

Alegando que já foram determinados atos constritivos nos autos da demanda trabalhista, com iminência da liberação dos valores arrecadados, requerem que o presente incidente seja decidido de plano, definindo-se desde logo, o juízo competente para emanar as ordens executórias.

Sucessivamente, pugnam pela concessão de liminar visando a suspensão da aludida reclamação trabalhista, com designação de um dos juízos suscitados para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes.

No mérito, as insurgentes pugnam pelo conhecimento do presente incidente, para que seja reconhecida, nos termos da jurisprudência deste Tribunal Superior, a competência do Juízo Universal, bem como para que sejam anuladas odas as decisões proferidas pelo juízo reputado incompetente.

Às fls. 180/183, este signatário deferiu, em parte, o pedido liminar a fim de sobrestar quaisquer determinações constitutivas/expropriatórias do Juízo da 51ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP que afetem o patrimônio das empresas suscitantes nos autos do Processo nº 02683001720085020051, e designar o r. Juízo de Direito da 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes, até ulterior deliberação deste relator.

Prestadas as informações pelo r. juízo trabalhista (fl. 187/192), o MPF opinou pela reiteração do pedido de informações ao r. juízo recuperacional. (fls. 197/198)

É o relatório.

**Decisão.**

1. Seguindo orientação desta Corte Superior consolidada na Súmula n. 568/STJ, o relator pode decidir monocraticamente, de plano, o conflito de competência, quando exista jurisprudência dominante do Tribunal sobre o tema.

É esse, precisamente, o caso dos autos porquanto a jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que o Juízo Universal é o competente para a execução dos créditos apurados nas ações individuais propostas em face da Varig S/A e das suscitantes (arrematantes da "Unidade Produtiva Varig" - UPV), sobretudo porque, no que se refere à arrematação judicial da UPV, ficou consignado em edital, nos termos da Lei nº 11.101/05, que sua transmissão não acarretaria a assunção de seu passivo.

Nesse sentido, confira-se: AgRg no CC 112.638/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/08/2011, DJe 19/08/2011; (AgInt no CC 121.276/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/12/2016, DJe 08/02/2017; CC 61.272/RJ, Rel. Min. Ari Pargendler, Segunda Seção, julgado em 25/04/2007, DJ 25/06/2007.

3. Do exposto, com fundamento no art. 955, parágrafo único, do NCPC c/c Súmula 568/STJ conheço do presente conflito e, por conseguinte, declaro a competência do r. Juízo de Direito da 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator